

## PROJETO DE LEI

Autoriza a transformação da Companhia Paranaense de Energia – COPEL em Corporação através da alienação parcial das ações e dá outras providências.

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo do Estado do Paraná autorizado a alienar ou transferir parcialmente a sociedade, os seus ativos, a participação societária, direta ou indireta, inclusive o controle acionário, transformar, fundir, cindir, incorporar, extinguir, dissolver ou desativar, parcial ou totalmente, seus empreendimentos e subsidiárias, bem como, alienar ou transferir os direitos que lhe assegurem, diretamente ou através de controladas, a preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores da sociedade, assim como alienar ou transferir as participações minoritárias diretas e indiretas no capital social da Companhia Paranaense de Energia – COPEL e suas subsidiárias.

**Art. 2º** A operação de que trata o art. 1º será executada na modalidade de oferta pública de distribuição de ações ordinárias e/ou certificados de depósito de ações (units).

**Art. 3º** A operação de que trata o art. 2º fica condicionada à aprovação, pela assembleia geral de acionistas da COPEL, das seguintes condições:

**§ 1º** Alteração do estatuto social da COPEL para:

I - vedar que qualquer acionista ou grupo de acionistas exerça votos em número superior a 10% (dez por cento) da quantidade de ações em que se dividir o capital votante da COPEL;

II - vedar a realização de acordos de acionistas para o exercício de direito de voto, exceto para a formação de blocos com número de votos inferior ao limite de que trata o inciso I deste §1º;

III - incluir a obrigação de manter a sede da COPEL no Estado do Paraná;

IV - incluir a obrigação de não alterar a denominação da COPEL; e

V - criar ação preferencial de classe especial, de propriedade exclusiva do Estado do Paraná, nos termos do § 7º do art. 17 da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que conferirá o poder de veto nas deliberações da assembleia geral relacionadas às matérias de que trata este parágrafo e à autorização para os administradores aprovarem e executarem o Plano Anual de Investimentos da Copel Distribuição caso os investimentos, a partir deste ciclo tarifário, considerados prudentes pela Aneel, não atinjam, no mínimo, 2,0x da

Quota de Reintegração Regulatória (QRR), daquele mesmo ciclo de Revisão Tarifária Ordinária e/ou, no acumulado, até o final da concessão.

§ 2º O poder de veto previsto no inciso V do § 1º somente poderá ser exercido se o Estado do Paraná detiver, no mínimo, 10% (dez por cento) do capital social total da COPEL.

**Art. 4º** Caberá ao Conselho de Controle das Empresas Estaduais - CCEE o acompanhamento do disposto nesta Lei e à Casa Civil do Estado do Paraná os atos de execução, podendo inclusive contratar os serviços de consultoria e assessoria técnica especializados necessários ou designar quem a fará.

**Art. 5º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.



ePROTOCOLO



Documento: **10319.665.7657TRANSFORMACAODACOPELEMCORPORACAO.pdf**.

Assinatura Qualificada realizada por: **Carlos Roberto Massa Junior** em 21/11/2022 09:37.

Inserido ao protocolo **19.665.765-7** por: **Ana Carolina Vidal de Souza** em: 21/11/2022 09:34.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:  
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:  
**4159d9154313533be7a46381cd476371**.

MENSAGEM Nº 103/2022

Curitiba, data da assinatura digital.

Senhor Presidente,

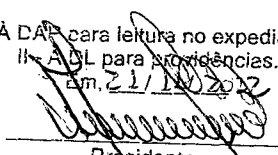
Nos termos dos Artigos 65 e 66 da Constituição do Estado do Paraná, submetese, à deliberação de Vossas Excelências, o texto do Projeto de Lei anexo que objetiva transformar a Companhia Paranaense de Energia – COPEL (“COPEL”) em uma corporação (companhia de capital disperso e sem acionista controlador).

A transformação da COPEL em uma corporação tem como principal objetivo aumentar sua competitividade no setor elétrico brasileiro para beneficiar o consumidor paranaense. Este setor passa por uma profunda mudança e, apesar das transformações que vêm ocorrendo no setor, deve-se dizer que o mesmo é reconhecido pela sua maturidade e segurança regulatória e institucional, mantendo assim as condições necessárias para atração de capital privado, com alto nível de capacidade de investimento e excelência na gestão corporativa.

Ao longo de seus quase 70 anos de história, a COPEL teve relevante função no desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná, papel este que se espera seja ainda mais exitoso e eficiente nas próximas décadas. Porém, para que isso ocorra, será fundamental que a COPEL continue modernizando sua gestão, com base nas melhores práticas corporativas de mercado, bem como que amplie sua capacidade de investimentos para acompanhar essa crescente demanda de relevantes investimentos, assegurando sua condição de excelência na prestação dos serviços de energia elétrica e de indutora de investimentos no setor de energia no Estado do Paraná, em especial, para a geração de energia limpa.

A transformação da COPEL em corporação também possibilitará ao Estado do Paraná, monetizar parcialmente sua participação na Companhia, através de oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias e/ou certificados de depósito de ações, sem prejuízo de eventual oferta primária para capitalização da COPEL, garantindo ainda a manutenção de participação relevante pelo Estado do Paraná, bem como sua importância na gestão da Companhia.

Excelentíssimo Senhor  
Deputado ADEMAR TRAIANO  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL  
Prof. 19.665.765-7

i - À DAP para leitura no expediente.  
ii - À GL para providências.  
em 21/11/2022  
  
Presidente

Na presente proposição, nenhum acionista ou grupo de acionistas, poderá exercer votos em número superior a 10% (dez por cento) da quantidade do total de votos. Esta condição caracteriza uma corporação na medida em que o controle é pulverizado em milhares, dezenas ou centenas de milhares de acionistas, o que se apresenta, inclusive como uma medida de proteção ao Estado do Paraná, uma vez que impede a figura do acionista controlador ou do bloco de controle.

Medida análoga foi realizada no muito bem-sucedido processo de capitalização das Centrais Elétricas Brasileiras – ELETROBRAS, cuja oferta para aquisição de ações superou a quantidade ofertada, garantindo aporte bilionário para a União, além de outros bilhões em investimentos e redutores tarifários nos próximos anos.

Além de todos os benefícios e ganhos de eficiência esperados com o novo modelo societário, estima-se, ainda, potencial de valorização do investimento remanescente na COPEL, decorrente da geração de valor aos acionistas em razão de sua transformação em uma corporação, com a ampliação do pagamento de tributos e dividendos ao Estado do Paraná e, especialmente, a captação de recursos financeiros para suprir as necessidades orçamentárias do Estado do Paraná para investimentos em setores fundamentais como educação, saúde, segurança pública e infraestrutura.

No modelo proposto, além do Estado manter uma participação acionária relevante na COPEL, será criada uma ação de classe especial (golden share) – com poder de veto-, exclusiva do Governo do Estado do Paraná, que possibilitará a garantia da realização dos investimentos necessários à manutenção e ampliação da qualidade dos serviços de distribuição de energia elétrica no Estado.

Vale destacar que o modelo de corporação vem se tornando cada vez mais comum em países desenvolvidos da Europa e nos Estados Unidos, bem como já é observado em boa parte das empresas brasileiras listadas na B3, a Bolsa de Valores brasileira, permitindo que pessoas comuns, tal qual qualquer representante da população do Estado do Paraná, possam participar de projetos empresariais, investindo seus recursos pessoais em ações.

No modelo de corporação, o mesmo de empresas como Embraer e a própria Eletrobras, a administração é profissional e a transparência na tomada e execução de decisões é a própria base do negócio. Prevalece assim, uma relação transparente para com todos os acionistas, sejam eles detentores de um volume considerável de ações, sejam eles apenas minoritários. E acaba por assegurar, também, pela própria dinâmica desse modelo, o respeito para com os clientes desse tipo de companhia.

Além dos benefícios acima citados, destaca-se, ainda, que a transformação em corporação deve possibilitar que a COPEL mantenha e prorogue os Contratos de Concessão de relevantes ativos de geração, como da UHE Foz do Areia – responsável por mais de 30% da capacidade de geração da companhia – e cuja concessão terminará no fim de 2024, sendo o pagamento do bônus de outorga definido pelo Ministério de Minas e Energia e devendo ser pago até o Dez.2023.

Ainda, reconhecendo-se a relevância histórica da COPEL para a população, a economia e cultura do Estado do Paraná, e ainda seu potencial transformador e indutor de investimento nas próximas décadas, o Projeto de Lei dispõe pela manutenção da razão social e da sede da COPEL no Estado do Paraná.

Por fim, a transformação em corporação, permitirá ainda que a COPEL não esteja sujeita às potenciais instabilidades decorrentes de decisões políticas e/ou troca de governos, mantendo a estabilidade necessária para seu crescimento e os recursos necessários para garantir sua competitividade frente aos desafios que se espera nos próximos anos para o setor elétrico.

O Estado do Paraná passará a contar com uma empresa de energia mais forte e competitiva, preservando seus ativos de geração, com maior capacidade para investimentos e com atenção às transformações do modelo do negócio e do setor de energia, possibilitando cada vez mais a prestação de um serviço de qualidade aos clientes da COPEL, inclusive possibilitando que os paranaenses que assim o desejarem, possam adquirir ações da COPEL com mais facilidade, com mais liquidez, inclusive, para posteriormente negociar essas ações.

Em razão da relevância da matéria e de celeridade na tramitação, em razão das ações ainda necessárias para a conclusão da transformação proposta, requer-se que a tramitação do Projeto de Lei ora proposto ocorra em Regime de Urgência tal como previsto no Artigo 66, § 1º da Constituição do Estado do Paraná.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa necessário apoio e consequente aprovação.

**CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR**  
**GOVERNADOR DO ESTADO**